

October 29, 1985

**Memorandum from Foreign Minister Olavo Setúbal
to President Sarney, 'Brazil-Argentina. Cooperation
on Nuclear Energy'**

Citation:

"Memorandum from Foreign Minister Olavo Setúbal to President Sarney, 'Brazil-Argentina. Cooperation on Nuclear Energy'", October 29, 1985, Wilson Center Digital Archive, AHMRE. Critical Oral History Conference on the Argentine-Brazilian Nuclear Cooperation, Rio de Janeiro, March 2012.
<https://digitalarchive.umd.edu/document/123364>

Summary:

The document presents the proposal to create an Argentina-Brazil working group to discuss nuclear energy.

Credits:

This document was made possible with support from Carnegie Corporation of New York (CCNY)

Original Language:

Portuguese

Contents:

Original Scan
Translation - English

MINISTÉRIO
DAS
RELAÇÕES EXTERIORES

Confidencial

86º Despacho
Item nº 08

INFORMAÇÃO PARA O SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Data: 29 de outubro de 1985.

Índice: Brasil-Argentina. Cooperação
no campo da energia nuclear.

198

Em aditamento à Informação nº 141, de 27/07/85, que tra-
tou das relações entre o Brasil e a Argentina no campo nuclear, permi-
to-me submeter a Vossa Excelência um conjunto de sugestões sobre ini-
ciativas que poderíamos tomar nessa área, ao ensejo do encontro de
Vossa Excelência com o Presidente Alfonsín no próximo mês de novembro.

2. Conforme mencionou-me na referida Informação, que ana-
lisou proposta do Professor J. Goldemberg, a linha independente segui-
da até agora pelo Brasil e pela Argentina no campo da tecnologia nu-
clear, terá melhor aceitação pela comunidade internacional e pela opi-
nião pública interna dos dois países, se ambos mantiverem um relacio-
namento estreito nessa área. Ponderou-se também naquela Informação
que uma declaração conjunta brasileiro-argentina nessa matéria deveria
expressar de modo inequívoco e no momento oportuno aquela postura inde-
pendente, o que não acontecia na proposta do Professor Goldemberg, tan-
to pelos conceitos nela compreendidos, quanto pelo momento que sugere-
ria, vésperas da Conferência de Revisão do Tratado de Não-Proliferação
de Armas Nucleares — TNP.

3. Passada a Conferência do TNP, e com a oportunidade que
surge com o encontro entre Vossa Excelência e o Presidente argentino,
há condições agora para considerarmos iniciativas que reafirmem o bom
entendimento entre o Brasil e a Argentina no campo nuclear. Tal reafir-
mação se faz ao mesmo tempo necessária na medida em que haveria indí-
cios de que as limitações no comércio e na cooperação nucleares tende-
rão a ser crescentes para países, como o Brasil e a Argentina, que se

Confidencial

Confidencial

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

- 2 -

valem daquela cooperação, e mantém por sua vez programas autônomos. Com efeito, o regime de controles internacionais aplicado pelos países supridores saiu, ao que tudo indica, fortalecido com a Conferência do TNP, onde os países em desenvolvimento manifestaram pouca disposição em cobrar das potências nucleares seus compromissos no campo da cooperação. Reflexos dessa situação deverão ser observados na AIEA, onde as atividades regulatórias já são cada vez mais enfatizadas.

4. No plano bilateral, os empecilhos criados para a obtenção de equipamentos, constem ou não de "trigger lists", deverão também ser crescentes. No momento, a CNEN enfrenta dificuldades para a liberação nos EUA de um aparelho de medição comprado naquele país, a exemplo do que ocorreu recentemente no caso de um computador para o IPT. No ano passado, o Governo francês inviabilizou, através de exigências inaceitáveis, a venda de compressores à Nuclei. A Argentina, ao que se sabe, enfrentaria também problemas semelhantes.

5. Tendo presente a necessidade tanto para o Brasil quanto para a Argentina de, se não reverter, pelo menos minorar essa tendência ao cerceamento no comércio e cooperação nucleares de que vem sendo objeto, ~~por~~ não aceitarem controles internacionais em seus programas autônomos, poder-se-ia aproveitar o próximo encontro entre Vossa Excelência e o Presidente Alfonsín para a tomada de iniciativas conjuntas, que reafirmem a disposição de ambos os países de estreitarem sua cooperação nuclear e os propósitos pacíficos de seus respectivos programas.

6. Tais iniciativas de natureza distinta, mas complementares entre si, seriam as seguintes: a) declaração conjunta reiterando o caráter pacífico dos respectivos programas; b) a criação de um grupo de trabalho, no âmbito do acordo firmado em 1981, de caráter político-diplomático e técnico, para fomento da cooperação prevista no acordo.

Confidencial

DESCLASSIFICADO
DE ACORDO COM O DEC.
5.301, DE 09/12/2004

MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

- 3 -

7. A declaração, que poderia ser um documento a parte ou constar como um item do comunicado conjunto, condenaria a proliferação de armas nucleares, e reiteraria o direito inalienável de ambos ao domínio completo da tecnologia nuclear. Essa declaração teria que ser elaborada de modo a não significar uma concessão unilateral de ambos os países, diante de pressões para a aceitação de controles internacionais em seus programas autônomos. Esse ponto parece-me de especial importância, pois resguardaria para o Brasil a possibilidade de relativa paridade no domínio da tecnologia nuclear com a Argentina, país, ao que tudo indica, mais avançado no que nós nesse campo.

8. O grupo de trabalho teria a virtude de complementar o gesto político contido na declaração. Com efeito, a criação desse grupo de trabalho, sob chefia conjunta de representantes das duas Chancelarias e integrado por técnicos, membros das respectivas Comissões e empresas nucleares, daria por certo mais consistência e permanência mesma ao exposto na declaração. Há precedente para um grupo dessa natureza. Ao ensejo da visita do Presidente Reagan, em 1982, ao Brasil foi criado, entre outros, um grupo para assuntos nucleares, o qual con seguiu, apesar das limitações da legislação nuclear norte-americana, dar maior fluidez ao relacionamento com o Brasil nessa área, atingindo assim seus objetivos.

9. No caso da Argentina, a criação de um grupo de trabalho para fomento das relações teria possivelmente maior impacto político. Pela primeira vez no cenário mundial da energia atômica, dois países considerados "thres hold countries", e sob os quais recaem suspeitas de rivalidade, teriam uma iniciativa dessa natureza (ficaria mais difícil juntar Brasil e Argentina a países árabes e, Israel ou a Índia e Paquistão). Não haveria ao mesmo tempo dificuldades para estabelecer uma agência de trabalho para o grupo, pois as possibilidades de intercâmbio entre os dois países nesse setor já se revelaram bastante concretas.

Confidencial

DESCLASSIFICADO
DE ACORDO COM O DEC.
5.301, DE 09/12/2004.

Confidencial

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

- 4 -

10. A importância de um grupo de trabalho específico sobre temas nucleares seria, contudo, predominantemente política, a exemplo do grupo com os EUA. Esse grupo permitiria um diálogo regular entre os dois países numa área sensível e controversa como a nuclear. Propiciaria uma melhor coordenação entre ambos em questão de interesse mútuo e teria a vantagem de, com reuniões em Brasília e Buenos Aires, as quais atrairiam naturalmente a atenção da imprensa, manter claro e visível o bom relacionamento entre os dois países nessa área, tornando mais difícil as especulações negativas que de forma recorrente tendem a perturbar esse relacionamento.

11. Por fim, acredito que a receptividade do lado argentino a essas iniciativas seja bastante favorável, tendo em vista o interesse recentemente manifestado pelo Palácio San Martín e pelo próprio presidente Alfonsín nas relações nucleares com o Brasil. Creio mesmo que iniciativas conjuntas nessa área contribuiriam para a relevância política do encontro presidencial, em função da ampla convergência de interesse que comportam, o que nem sempre ocorre em outros setores do relacionamento bilateral.

12. Caso Vossa Excelência esteja de acordo com as sugestões acima indicadas, o Itamaraty entrará em contato com o Conselho de Segurança Nacional e com a Comissão Nacional de Energia Nuclear para efeito de elaborar um texto de declaração a ser proposto ao lado argentino, juntamente com a criação de um grupo de trabalho nos moldes acima descritos.

Olavo Egydio Setubal
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Confidencial

DESCLASSIFICADO
DE ACORDO COM O DEC.
5701, DE 09/12/2004

Classified
Ministry of Foreign Affairs
86th Note
Item number 08

Information to Mr. President of the Republic
Date: October 29th 1985
Topics: Brazil - Argentina. Cooperation on nuclear energy.

In addition to the information note number 141 issued on 07/27/1985, about the relations between Brazil and Argentina on nuclear issues, I send Your Excellency a list of suggestions about initiatives that could be undertaken in this area before Your Excellency's meeting with President Alfonsín next November.

2. As referred in the aforementioned information note, which analyzed the proposal by Professor J. Goldemberg, the independent position adopted until now by Brazil and Argentina on nuclear affairs will be better accepted by the international community and both countries' domestic public opinion, if they both maintain close relations regarding this issue. It has also been discussed in that note that a timely Brazilian- Argentine joint statement on the matter shall undoubtedly express that independent position, which was not included on Professor Goldemberg's proposal not only due to the concepts contained in it, but also to the moment it was presented, which was days before the Review Conference of the Parties to the Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons (NPT).

3. With the end of the NPT Conference and the opportunity created by the meeting between Your Excellency and the Argentine President, the scenario offers conditions to consider initiatives that reaffirm the understanding between Brazil and Argentina on nuclear matters. Such statement is necessary since there are indications that limitations to nuclear trade and cooperation tend to increase for countries like Brazil and Argentina - and both countries enjoy cooperation and maintain independent programs. Indeed, evidence suggests that the international control regime applied by supplier countries was strengthened after the NPT Conference, where under development countries hardly manifested their disposition to demand actual action by the nuclear powers on their commitments regarding cooperation. There may be effects on IAEA, where more and more regulatory measures are being imposed.

4. At bilateral level, the barriers imposed to get equipment, whether on "trigger lists" or not, are also on the rise. At the moment, CNEN is finding difficult to get an authorization in the USA to receive a measurement device bought there, and a similar case happened recently with a computer for IPT. Last year, the French government imposed unacceptable requirements to the sale of compressors to NUCLEI, which impeded the deal. As far as we know, Argentina has been facing similar issues.

5. Being necessary not only for Brazil but also for Argentina to, if not possible to revert, at least minimize this trend of limitations to nuclear trade and cooperation - suffered by these countries due to their denial in accepting international control over their independent programs - the best can be taken out of the next meeting between Your Excellency and President Alfonsín in order to undertake joint initiatives that

reaffirm both countries' willingness to increase their cooperation on nuclear matters and reaffirm the peaceful purposes of their respective programs.

6. The following initiatives have different but complementary purposes: a) a joint statement reinforcing the peaceful purpose of their respective programs; b) the creation of a political, diplomatic and technical working group, within the 1981 agreement, to support the cooperation established in such agreement.

7. The declaration, which could be a separate document or part of the joint statement, would condemn the proliferation of nuclear weapons and reaffirm the undeniable right both countries have to unrestricted access to nuclear technology. The abovementioned declaration shall be elaborated in a way not to mean a

unilateral concession by both countries to the international pressure for control over their independent programs. In my opinion, this issue is of special importance, since it guarantees to Brazil the possibility of relative equal nuclear technology to Argentina's - a country that is more developed than us on this field, as the evidence suggests.

8. The working group would complement the political gesture contained in the statement. Indeed, the creation of such group - which would be jointly coordinated by officials from Ministries of Foreign Affairs of both countries and composed of technicians and members of both Argentine and Brazilian nuclear Commissions and companies - would undoubtedly reinforce the consistency and durability of what had been said before. There has been something similar in the past. In 1982, when of President Reagan's visit to Brazil was approaching there was, among others, a group about nuclear affairs, which managed to achieve its aims by easing the relationship between the two countries on that field, despite limitations on the American legislation.

9. In the Argentine case, the creation of a working group to improve relations could possibly have more political impact. For the first time in the international scenario of atomic energy, two "threshold countries" and suspected of rivalry would establish such initiative (it would be more difficult to bring Brazil and Argentina together than Arab countries and Israel, or India or Pakistan). At the same time, it would not be difficult to establish a working agenda for such organization, since there are concrete exchange possibilities between the countries on this matter.

10. However, the political importance of a specific working group on nuclear affairs is paramount, comparable to that American initiative. This group will allow countries to maintain regular dialogues on a sensitive and controversial topic. It would improve coordination between the countries on a mutually interesting area and with media coverage on meetings in Brasilia and Buenos Aires, it would display and demonstrate the good relation between the countries on that matter - making more difficult for recurrent negative speculations that tend to shake this bond.

11. Finally, I believe the Argentines will favorably receive these initiatives because of their recent interest on nuclear relations with Brazil, manifested by the Argentine government and President Alfonsín himself. I truly believe that joint initiatives on this field will contribute to the political relevance of the presidential meeting due to the great convergence of interests, which may not always happen in other sectors of the bilateral relation.

12. If Your Excellency agrees with the abovementioned suggestions, Itamaraty shall contact the National Security Council and the National Nuclear Energy Commission in order to elaborate a draft statement to be proposed to the Argentines together with the creation of a working group as described above.

Olavo Egydio Setúbal
Minister of State for Foreign Affairs